



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: Balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

CIDADES DO TOCANTINS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E REFLEXÕES PARA A COP 30

João Aparecido Bazzoli¹

jbazolli@uft.edu.br

Viviane de Araújo Leal²

viviane.leal@mail.uft.edu.br

Giovanna Ferreira Lima³

giovanna.ferreira@mail.uft.edu.br

Helga Midori Iwamoto⁴

helga.iwamoto@gmail.com

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Partindo da expectativa de realização da 30ª edição da COP em um município amazônico e a evidente intensificação das preocupações ambientais que influenciam diretamente neste bioma fica sublinhada a relevância de discutir a complexidade amazônica. Este estudo visa analisar a dinâmica urbana e o planejamento climático na Amazônia Legal, observando os impactos do crescimento populacional e da expansão agrícola. Além disso, leva em consideração aspectos relevantes do planejamento urbano, considerando políticas ambientais, emissões de carbono e o mecanismo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). O estudo terá como objeto as cidades tocantinenses, especialmente no que diz respeito ao seu planejamento urbano, visando debater as questões locais com um olhar interessado nas mudanças climáticas. Com base em uma abordagem teórica, o artigo incentiva reflexões sobre as interações entre cidades tocantinenses e mudanças climáticas, buscando estimular o debate da consideração de alternativas regionais e saberes locais na formulação de políticas públicas. O estudo propõe adaptar os acordos da COP 30 para uma escala regional, visando um futuro sustentável e resiliente para Tocantins, alinhado com suas necessidades específicas.

PALAVRAS- CHAVE: cidades do Tocantins; planejamento urbano; mudanças climáticas.

¹ Doutor em Geografia Urbana. PhD pela Universidade de Lisboa. Professor de Direito Urbanístico da Universidade Federal do Tocantins.

² Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins.

³ Acadêmica de Direito. Integrante do Labcidades e do grupo de pesquisa Cidades e Meio Ambiente.

⁴ Doutora em Administração de Empresas. PhD em Desenvolvimento Regional. Professora do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação GESPOL da Universidade Federal do Tocantins.



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: Balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

TOCANTINS CITIES AND CLIMATE CHANGE: CHALLENGES AND REFLECTIONS FOR COP 30

ABSTRACT

Starting from the expectation of holding the 30th edition of the COP in an Amazonian municipality and the evident intensification of environmental concerns that directly influence this biome, the importance of discussing the complexity of the Amazon is highlighted. This study aims to analyze urban dynamics and climate planning in the Legal Amazon, observing the impacts of population growth and agricultural expansion. Additionally, it takes into account relevant aspects of urban planning, considering environmental policies, carbon emissions, and the REDD+ mechanism (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation). The study will focus on the cities of Tocantins, especially regarding their urban planning, aiming to address local issues with an interest in climate change. Based on a theoretical approach, the article encourages reflections on the interactions between the cities of Tocantins and climate change, seeking to stimulate the debate on considering regional alternatives and local knowledge in public policy formulation. The study proposes adapting the COP 30 agreements to a regional scale, aiming for a sustainable and resilient future for Tocantins, aligned with its specific needs.

KEYWORDS: Tocantins cities; urban planning; climate change.

INTRODUÇÃO

A COP, também conhecida como Conferência das Partes, é o principal órgão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, estabelecida em 1992. Nessa reunião, os países membros, chamados de "Partes", se encontram anualmente desde 1995 para discutir estratégias de combate às mudanças climáticas e redução das emissões de gases de efeito estufa. O objetivo é preservar o meio ambiente e promover a sustentabilidade global por meio de debates e negociações.

As mudanças climáticas antropogênicas estão associadas às atividades humanas com o aumento da emissão de gases de efeito estufa, de queimadas, com o desmatamento, a formação de ilhas urbanas de calor, etc. Nesse contexto, a Amazônia desempenha um papel importante no ciclo de carbono planetário, e pode ser considerada como uma região de grande risco do ponto de vista das influências das mudanças climáticas. Segundo Salati (2001), o atual equilíbrio dinâmico da atmosfera amazônica está sujeito a forças de transformação que levam às variações climáticas. A realização da 30ª edição da COP em um município amazônico reforça o caráter intrínseco desse bioma nas discussões climáticas.

De acordo com Becker (2013), a perspectiva de um aquecimento global, amplamente divulgada pela mídia e amparada por pesquisas e relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), intensificou a preocupação com o meio ambiente planetário. Essa conjuntura intensificou a politização da natureza, com foco nas florestas tropicais e na complexa realidade da Amazônia.



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: *Balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil*

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

Uma verdadeira corrida se desenrola em busca de soluções ou, no mínimo, de medidas para mitigar essa ameaça, com ênfase na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. A Amazônia, por sua vez, é ponto crucial nesse debate, tendo em vista que, conforme Fearnside et al, tem papel fundamental na regulação do clima da Terra.

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica urbana e o papel do planejamento nos efeitos das mudanças climáticas das cidades do Tocantins, estado integrante da Amazônia Legal. Pretende-se com este estudo entender os impactos do crescimento populacional no Estado do Tocantins, detectado pelo Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, que apresentaram reflexos na dinâmica urbana. Busca-se também com o trabalho compreender se a expansão agrícola afetou o planejamento dos municípios tocantinenses, observadas as políticas ambientais e as emissões de carbono. Importante salientar que neste cenário emergem os conflitos de interesses entre os diferentes atores envolvidos, observando a forte presença da torpeza capitalista na produção do espaço urbano.

O artigo tem como proposta estimular reflexões sobre as interações fundamentais entre as cidades tocantinenses e as mudanças climáticas. Busca-se, com isso, estimular a comunidade acadêmica, os gestores públicos e as comunidades locais a considerarem alternativas para lidar com essa realidade complexa. Busca-se, portanto, contribuir para a construção de um futuro mais sustentável, positivo e resiliente para as cidades do Tocantins, alinhado com as necessidades e desafios específicos da região.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender os impactos do crescimento populacional no Estado do Tocantins, detectado pelo Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seus reflexos na dinâmica urbana.

Assim, segundo o IBGE, a população de Tocantins em 2022 foi de 1.511.459. Entre os anos de 2010 e 2022, houve um crescimento populacional de 128.014 pessoas. Ainda, segundo o Censo Demográfico de 2022, foi constatado que 134 dos 139 municípios do Tocantins tem menos de 50.000 habitantes, sendo classificados, portanto, como municípios de pequeno porte.

Nesse sentido, a produção do espaço no Tocantins é marcado por cidades pequenas precariamente integradas e dotadas de pobreza e subcidadania. Este caráter se torna mais claro ainda ao levar em consideração que as pequenas cidades tocantinenses dependem das relações interurbanas com as 5 cidades fora desse recorte – Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins - para suprir suas necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado. (SODRÉ, 2022)



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: Balança crítica e expectativas da COP30 no Brasil

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

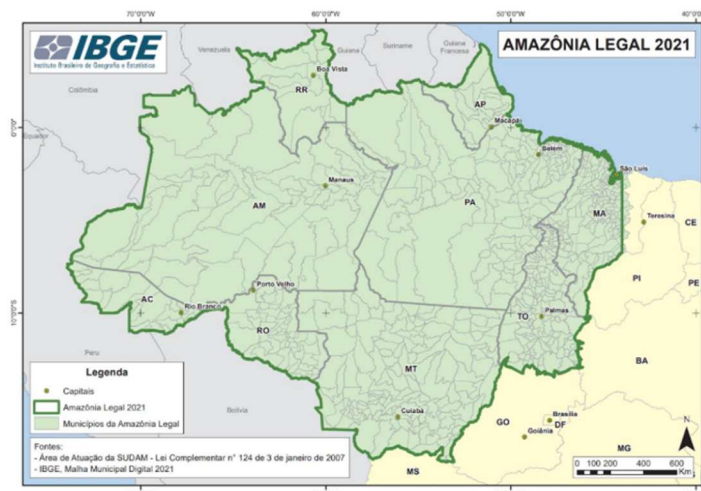
A produção do espaço pelos agentes econômicos hegemônicos é pontual e caminha ao encontro dos interesses capitalistas. Por essa razão, é importante notar os conflitos de interesses entre os diversos participantes, levando em consideração a crítica de David Harvey à produção capitalista do espaço. Harvey (2006) ressalta como a lógica capitalista influencia e remodela o ambiente geográfico para atender aos interesses do capital, frequentemente prejudicando as comunidades locais e o meio ambiente, trazendo um aspecto muito relevante a ser considerado no que diz respeito ao planejamento urbano tocantinense.

Os padrões de acumulação na região Norte do Brasil, coberta pelo bioma amazônico e pelo cerrado, têm sido integrados aos circuitos globalizados através da expansão agrícola em áreas como a Amazônia Legal e o “Matopiba” (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), resultando em impactos, conflitos e destruições devido ao controle da terra pelas elites econômicas e violências no campo. Esse capitalismo desigual e combinado, que reúne elementos históricos e modernizantes, está sendo ainda mais intensificado pela Classe Capitalista Transnacional (CCT) e por um estado que continuamente reforma e flexibiliza leis para atender a esses interesses (Scoleso; Komka; Leão, 2023).

Portanto, é muito difícil visualizar o planejamento urbano tocantinense como aliado à luta das mudanças climáticas e justiça ambiental. O cenário que se tem é de desigualdades destacadas e enraizadas, raízes essas que utilizam do interesse econômico como seu principal adubo.

Nota-se que isso se torna mais preocupante ao lembrar que o Tocantins é um dos estados que compõem a Amazônia Legal, que, conforme atualização feita em 2021 pelo IBGE, é uma área que corresponde a 58,9% do território nacional, formada por nove estados e 772 municípios uma área, que visa melhor planejar o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica.

Figura 1 – Delimitação da Amazônia Legal.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: *Balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil*

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

Contudo, é urgente implementar políticas ambientais diferenciadas e efetivas para tratar adequadamente a questão climática. No Tocantins, existem políticas específicas para essa finalidade, como a Lei nº 3.272, de 26 de outubro de 2017, que ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Outras leis importantes são a Lei nº 4.131, de 5 de janeiro de 2023, que institui o Fundo Clima do Estado do Tocantins (FunClima), a Lei nº 1.917, de 17 de abril de 2008, que estabelece a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, e a proposta pioneira do mecanismo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

A questão que se impõe é a seguinte: há efetividade nesses mecanismos? Há como políticas que não envolvem adequadamente a população cumprirem seu papel social? Para formular a resposta a essa indagação, é crucial reconhecer que a participação popular é um direito intrínseco, e não uma concessão do Estado (Ferreira, 2015).

Dessa forma, visando valorizar os conhecimentos locais para impulsionar a criação de estratégias eficazes para um futuro sustentável e resiliente no contexto das cidades de Tocantins, surge em 2024 a Agenda Popular pelo Direito à Cidade – iniciativa do Grupo Palmas Participa junto de parceiros como BrCidades e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico –, realizando oficinas participativas no intuito de empoderar a população para que eles possam gerir seu território com a autonomia necessária para adaptar continuamente às necessidades e realidades das comunidades locais.

O projeto realizou no primeiro semestre de 2024 a escuta ativa em três comunidades periféricas de Palmas, capital do Tocantins. As discussões se centram nas demandas prioritárias, indagando as populações sobre o que elas tem nos bairros e o que elas desejam para eles, escancarando a não participação social nas políticas públicas tocantinenses, em especial as que tratam da questão climática.

Ficam, diante do exposto, evidenciados os pontos de importante papel reflexivo para pensar o Tocantins no contexto da COP 30.

MATERIAIS E MÉTODOS.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada pesquisa bibliográfica para investigar as interações entre as cidades e as mudanças climáticas, com o objetivo de incentivar reflexões sobre possíveis soluções para os desafios enfrentados nesse contexto. Analisar fontes de dados que englobam relatórios governamentais sobre emissões de gases de efeito estufa nas cidades de Tocantins, legislação municipal e estadual relacionada às mudanças climáticas no estado, e identificar a existência ou não de ações de adaptação e mitigação mapeadas em nível estadual e municipal.



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: *Balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil*

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

RESULTADOS

Este estudo propôs contribuições para a literatura científica ao oferecer uma análise das cidades do Tocantins sob a perspectiva das mudanças climáticas. Analisando informações detalhadas sobre a localização geográfica, aspectos climáticos, políticos e socioeconômicos dessas cidades, buscou provocar uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por elas nesse contexto. Além disso, o artigo identificou oportunidades para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a adaptação, destacando a importância de considerar as realidades locais nas discussões internacionais sobre o tema. Ao propor reflexões para a COP 30 – a ser realizada no Brasil em 2025 -, pretendeu contribuir para o desenvolvimento de medidas mais eficazes de adaptação e mitigação em nível global e local, considerando o contexto das cidades tocantinenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios impostos, este estudo ressalta a urgência e complexidade das questões relacionadas às mudanças climáticas nas cidades do Tocantins e na região amazônica como um todo. A COP 30, ao ser realizada em um município amazônico, destaca a importância desse bioma nas discussões climáticas globais. A intensificação das preocupações ambientais e a politização da natureza, especialmente nas florestas tropicais, refletem a necessidade de ações urgentes para mitigar os impactos das atividades humanas no clima do planeta.

O estudo destaca a necessidade de considerar as particularidades locais nas discussões globais sobre mudanças climáticas, destacando a importância de políticas públicas eficazes e adaptadas à realidade das cidades tocantinenses. Propõe-se a adaptação dos acordos estabelecidos na COP 30 para uma escala mais regionalizada, valorizando os saberes locais e promovendo a construção de um futuro mais sustentável, resiliente e positivo para a região. Essa abordagem crítica e propositiva busca estimular a comunidade acadêmica, os gestores públicos e as comunidades locais a considerarem alternativas viáveis para lidar com os desafios das mudanças climáticas, visando a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade global.

REFERÊNCIAS

SALATI, E. (2001). **Mudanças climáticas e o ciclo hidrológico na Amazônia**. Em: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente, p.153-172.2001.

BECKER, B. (2013). **Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional**. Parcerias Estratégicas, 2013, Vol 18, Issue 36, p107.



Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano: *Balanco crítico e expectativas da COP30 no Brasil*

Belém, 06 a 08 de maio de 2024
Universidade da Amazônia - UNAMA

#interna

FEIRNSIDE, P. M. et al. (2020). **Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health.** Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 92, n. 1, p. e20191375.

FERREIRA, A. M. (2015). **O Direito à Cidade e a Participação Popular: Uma Discussão Necessária a Partir dos Conceitos de Democracia e Justiça como Equidade no Contexto Brasileiro.** Revista de Teorias e Filosofias do Estado, 183- 206.

HARVEY, D. (2006). **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SCOLESO, F., KOMKA, J. P., & LEÃO, N. P. (2023). **O Tocantins no centro da expansão da fronteira agrícola: Uma radiografia do mundo do trabalho no cerrado brasileiro.** RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho, 5(00), e023013. <https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17457>

SODRÉ, R. (2022). **CIDADES PEQUENAS DO TOCANTINS: CENTRALIDADES E INTERAÇÕES ESPACIAIS NA REDE URBANA.** Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 317–334. DOI: 10.14393/RCG239061413. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/61413>. Acesso em: 14 mai. 2024.

TOCANTINS. **Leis Estaduais.** Lei nº 3.272, de 26 de outubro de 2017. Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual>. Acesso em: 22 de mai. de 2024.

TOCANTINS. **Leis Estaduais.** Lei nº 1.917, de 17 de abril de 2008. Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual>. Acesso em: 22 de mai. de 2024.

TOCANTINS. **Leis Estaduais.** 4.131, de 5 de janeiro de 2023. Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual>. Acesso em: 22 de mai. de 2024.